

EDUCAÇÃO FÍSICA, ESTADO NOVO E A MILITARIZAÇÃO DO CORPO

Leonardo Graffius Damasceno *

Rosane Maria Biazussi **

É também na obrigatoriedade da chamada "instrução militar" nas escolas secundárias brasileiras, a partir de 1908, em nome da Segurança Nacional, que encontramos a insistente presença dos diversos segmentos militares no sistema de ensino, notadamente na Educação Física.

As idéias preconizadas por Azevedo Amaral, de um trabalho permanente de sincronização do sistema educacional com as finalidades das forças armadas, que são, em última instância as finalidades da nação, têm na instrução militar e no uso abusivo da educação física como um de seus mais importantes instrumentos, os maiores indícios de "militarização do corpo" sustentado pela ideologia do cidadão-soldado.

Mesmo extinta em 1946, por decreto do presidente Dutra, a instrução militar em muito influenciou a educação física, tanto no que se refere à sua concepção e aos seus métodos, quanto à sua prática. Assim é que, os conteúdos pedagógicos referentes aos programas de educação física, denotam ainda a presença marcante da ideologia militarista.

Por outro lado, qualquer fenômeno social, cultural ou político é histórico e só pode ser compreendido dentro da história, através da história e em relação ao processo histórico. Logo, parece oportuno registrar o momento histórico no qual a educação física serviu como um dos suportes ideológicos à implantação de um modelo político nacional. Precisamente, a chamada "Tendência Militarista" da educação oligárquica e a Revolução de 1930, cujo apogeu se dá com o início do Estado Novo (1937) e seu declínio após a II Grande Guerra, quando da redemocratização do país — fim da Ditadura Vargasista (1945).

A crise do desenvolvimento acentuada nos últimos anos da década de 1920 por um modelo econômico nacional do tipo agrário-exportador, gerou um conjunto de revoluções e movimentos armados culminando na chamada Revolução de 1930.

Estes mesmos movimentos, prenúncio da versão nacional de um estado mais forte — o Estado Novo — se empenharam em promover vários rompimentos políticos e econômicos com a velha ordem

social oligárquica que, atada aos interesses estrangeiros imbuira-se de ideologias importadas que apenas resguardavam seus privilégios. Isto significava que as elites que dominavam a Velha República somavam à alienação econômica, a alienação cultural.

A crise delineou-se, portanto, como uma necessidade de reajustar o aparelho do estado às novas necessidades da política e da economia frente às exigências de uma nova sociedade industrial, advinda da implantação do capitalismo no Brasil.

Quer dizer que, para inovar os padrões de conduta e sanear a desordem prevalecente no Estado Liberal — que se esgotara em 1930, modificando aquele contexto, o Estado Novo assumiu o papel de direção e de organização da sociedade auto-elegendo-se o instrumento mais eficiente não só para reformular as bases da economia e da política, mas também para um indispensável refazer das mentalidades.

— Tudo se passa a partir do fato de, já europeizado, o Estado Liberal desprezar o valor de nossas tradições e de nossa raça brasileira, reforçando continuamente os estereótipos sobre a natural preguiça e incapacidade e o atraso do povo, a fim de melhor destacar a superioridade das elites.

— Também, por defender abusivamente o direito de utilização dos meios de produção por seus proprietários, egoísta, individualista e elitista, faltava então ao Estado Liberal aptidão para promover a organicidade nacional; a integração de todo o povo numa tarefa de construção nacional, pedra angular para o sucesso de qualquer projeto de desenvolvimento.

— Assim, o Estado Novo seria um estado mais forte reordenando os planos econômicos, social, político e cultural.

A intensificação do capitalismo industrial, que a Revolução de 1930 acabou por representar, determinou, conseqüentemente, o aparecimento de novas exigências educacionais, criando condições para que se modificassem o horizonte cultural e o nível de aspirações de parte da população brasileira.

* Graduado em Educação Física — UGF
Mestre em Educação — UERJ

Doutorando em Educação — UFRJ
** Graduada em Educação Física — UDESC
Pós-Graduada em Natação — UGF

Um novo estado não podia prescindir de um novo homem! O novo homem só seria portador de uma nova ética quando se tornasse portador de direitos de cidadania que até então lhes haviam sido negados pelo Estado Liberal. Neste sentido, toda uma estratégia político-ideológica foi montada como um primeiro passo para indicar o combate à indigência e ao desgarramento social. O Estado Novo vinha para colocar o desenvolvimento nacional a serviço do homem.

Dessa forma, uma reordenação no mercado de trabalho se impunha. Para isto, o Jeca-Tatu modelado na literatura da década de 1920 por Monteiro Lobato, protótipo do desprezível e irrecuperável homem brasileiro, maltrapilho, desnutrido, incapaz, deveria ser transmutado no trabalhador urbano, no cidadão construtor e beneficiário do desenvolvimento nacional.

A criação do Ministério da Educação e Saúde, quase simultaneamente à do MTIC (Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio) em novembro de 1930, indicava que o Estado percebera a projeção dos direitos do novo brasileiro em outro sentido. Seu esforço transformador se prolongaria também na implementação, em escala nacional, de uma política de educação e saúde públicas.

A mente e o corpo seriam doravante cuidados por uma rede de escolas e postos de saúde, de alimentação básica (os SAPS) e de centros de civismo e de desportos.

Desta forma, de um lado estava vigilante o MT (Ministério do Trabalho), preocupado com a manutenção e a reprodução material de mão-de-obra do presente; de outro, o MES (Ministério da Educação e Saúde) cuidava de sua reprodução e acomodação social futuras, sob o ponto de vista da saúde física, mental e ideológica. O Estado, competente, assumia, assim, tanto a responsabilidade pelas relações do trabalhador em sua organicidade social, quanto a do indivíduo em seu desenvolvimento pessoal.

Observa-se assim, que também a Educação Física respondeu às necessidades históricas no país, modificando, ao longo de sua trajetória, seu conceito e o modo de desenvolver sua prática.

Dessa forma, assistimos a uma educação física de tendência Higienista, que perdeu até 1930, que se preocupava em erigir a Educação Física como agente de saneamento público, na busca de uma sociedade livre de doenças infecciosas e dos vícios deteriorados da saúde e do caráter do homem do povo.

Em seguida, há uma Educação Física de concepção Militarista, que sucedeu à Higienista perdurando até 1945 (fim da Ditadura Vargas), objetivando fundamentalmente a obtenção de uma juventude capaz de suportar o combate, a luta e a guerra. Para tal concepção, a educação física deve-

ria ser suficientemente rígida para elevar a Nação à condição de servidora e defensora da Pátria.

Ainda nesta mesma concepção, a educação física funcionava mais como selecionadora de elites condutoras, capaz de distribuir melhor homens e mulheres nas atividades sociais e profissionais.

Diferentemente da Educação Física Higienista, que se acreditava capaz de redimir o povo de seu pecado mortal, que é a ignorância, e que o leva às condições de deterioração da saúde, a educação física militarista, por sua vez, visava à formação do "cidadão-soldado" capaz de obedecer cegamente e de servir de exemplo para o restante da juventude pela bravura e coragem.

A presença dos militares no ensino da educação física já se faz notar nesta duas "tendências", e, ainda mais, quando, em 1921, o Brasil adotou como método oficial de educação física o Regulamento nº 7. Esse foi, obviamente, um marco no sentido de romper com a concepção Higienista e dar impulso à educação física militarista, tomando mais evidente a presença deste segmento, o militar.

É necessário ressaltar que a periodicidade exposta deve ser entendida com cautela. Isso porque, de fato, tendências que se explicitam numa época estão latentes em épocas anteriores e, também, tendências que aparentemente desaparecem foram, em verdade, incorporadas por outras.

Isso dito, a partir da introdução do Regulamento nº 7 ou Método do Exército Francês, sucessivos acontecimentos contribuíram para reforçar a ideologia nazi-facista absorvida com entusiasmo pelo Governo Vargas, caracterizando os fortes indícios de "militarização do corpo".

Em 1931, quando do início da vigência de legalização que colocou a Educação Física como disciplina obrigatória nos cursos secundários, o "Método Francês" foi estendido à rede escolar. Seguidamente, em 1933, foi fundada a Escola de Educação Física do Exército, que praticamente funcionou como pólo aglutinador do pensamento sobre a Educação Física durante as duas décadas seguintes.

Confirma-se, assim, a influência militarista na Educação Física Brasileira como um componente forte e duradouro.

Particularmente as minuciosas portarias que regulamentavam a Educação Física e os Desportos a partir de 1934, dão a medida de sua importância para o Estado Novo: todos os aspectos da educação deveriam, assim, confluir a plenitude do desenvolvimento nacional.

Esses e outros fatores que dizem respeito à educação física, contribuíram para reforçar, na prática pedagógica desta última, a ideologia da ditadura varguista, refletindo na máxima de juvenil a questão da eugenia "mente sã em corpo sã".

É óbvio que, derrotado o nazi-fascismo após

1945, a Educação Física Militarista foi obrigada a se reciclar, despojando-se dos argumentos mais comprometidos com o espírito belicoso. Isto não significa, de maneira alguma, que a prática da Educação Física, após a derrota do nazi-fascismo, tenha-se livrado dos parâmetros impostos pela Educação Física Militarista.

De fato, ainda hoje, em qualquer aula de Educação Física deste país, é possível encontrar resquícios dos princípios norteadores da prática ginástica e desportiva fascista. O condicionamento à ordem social, o adestramento físico, o esporte-espetáculo e ufanista, a disciplina imposta no "formar filas", a repetição mecânica de ordens do professor, enfim, "o corpo-instrumento" são alguns exemplos da evidência de uma prática docente ainda voltada à militarização do corpo.

BIBLIOGRAFIA

- CABRAL, Elza Broghi de A. O Homem Novo no Estado Novo. In Fundamentos Pedagógicos — Educação Física. Rio de Janeiro, Livro Técnico, vol. 2, 1987. p. 74-81.
- CARVALHO, José Murilo. Forças Armadas e Política, 1930 — 1945. Rio de Janeiro, CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, 1980.
- FAUSTO, Boris. A Aliança Nacional Libertadora e o Golpe do Novo. In Pequenos Ensaio da História da República. Rio de Janeiro, Cebrap, 1972, p. 65-110.
- FILHO, Lourenço. Educação e Segurança Nacional. In Tendências da Educação Brasileira. São Paulo, Melhoramentos, 1940, p. 95-122.
- GHIRADELLI, Paulo J. Educação Física Progressista — A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos e a Educação Física Brasileira. São Paulo, Loyola Col. Espaço, vol. 10, 1988.
- HORTA, José Silvério B. Instrução Pré-Militar e Educação Física. In Régime Autoritaire et Education les cas du Brésil (1930-1945). Tese de Doctorat d'Etat es Letters et Sciences Humaines. Université Paris V. René Descartes, Sciences Humaines, Sorbonne, 1985, p. 45-67.
- LENHARD, Alcir. A Militarização do Corpo. In A Sacralização da Política. São Paulo, Papirus, 1986, p. 75-105.
- LOWY, Michel. Ideologias e Ciência Social. Elementos para uma Análise Marxista. São Paulo, Cortez, 1985.
- LOPES, Maria Isabel de S. Acelerado, marchel... prá onde? In Conversando sobre o corpo. São Paulo, Papirus, 1985, p.84-96.

